

Objetivo do novo "pacote" é a desintoxicação da economia

Os líderes parlamentares começaram a discutir, ontem, as propostas esboçadas pelo governo para o novo "pacote" econômico interno e externo, cujas medidas, a serem divulgadas individualmente ou em conjunto, nos próximos dias, abrangeriam os seguintes pontos: redução negociada das remessas de lucros para o exterior; instituição de um empréstimo compulsório sobre os lucros bancários; alteração na legislação sobre remessa de juros para o exterior; eliminação temporária das operações prefixadas com títulos de renda fixa; recongelamento temporário dos preços, após o realinhamento; tabelamento do "spread" bancário.

O objetivo a longo prazo, segundo disseram informantes do Palácio do Planalto, é promover um verdadeiro processo de desintoxicação da economia, tão logo considere concluído o processo de realinhamento geral de preços. O objetivo é garantir a queda da inflação, um crescimento econômico entre 2 e 3%, a continuidade da opção social e o alívio das contas externas.

Embora tenha afirmado que "moratória é uma palavra que não consta da minha agenda", o ministro da Fazenda, Dílson Funaro, admitiu que o Brasil poderia vir a suspender parte do pagamento dos juros da dívida, desde que através de uma negociação previa com os credores.

Ao garantir que não se trata de uma "suspensão automática de pagamentos", o ministro da Fazenda disse que, "por enquanto,

não se fala em redução das remessas". Contudo, seus assessores disseram que essa é uma questão definida, até porque não há outra alternativa para prevenir uma crise cambial.

Suspensão por prazo

Outras fontes disseram que a proposta de moratória consentida, apoiada pelo ministro da Cultura, Celso Furtado, poderia constituir-se em base para discussão. Repele Furtado o confronto direto e o repúdio da dívida, sustentando que o país poderia suspender, por prazo determinado, o pagamento dos juros da dívida, discutindo caso a caso os problemas gerados com os bancos que enfrentam: restrições legislativas em seus países, que obrigam o lançamento em créditos em liquidação dos juros não pagos.

A moratória é fortemente apoiada pela bancada do PMDB, sofre restrições em algumas áreas do PFL e é considerada "uma loucura" por alguns parlamentares do PDS. O deputado Delfim Netto disse que "a moratória é uma irresponsabilidade", lembrando que "o efeito pirotécnico logo passará e depois dele virá a dura realidade de uma implacável recessão".

Assessores do ministro Dílson Funaro disseram que o mínimo que o país precisará negociar com os bancos credores é uma redução das remessas para um patamar idêntico ao "superávit" da balança comercial projetado para este ano, algo entre US\$ 8,5 bilhões e US\$ 9,5 bilhões.

Propostas na mesa

A desintoxicação da economia,

que virá após o realinhamento dos preços e a redução da remessa de juros para o exterior, alcançaria entre outros, os seguintes pontos:

1. negociação de uma trégua com empresários e trabalhadores, por um período de 90 a 120 dias;
2. revisão da meta de crescimento econômico para 2% a 3%;
3. controle administrativo mais rigoroso das importações;
4. manutenção de uma política cambial realista para sustentar a competitividade das exportações;
5. mais flexibilidade nas relações com o Fundo Monetário Internacional — FMI — sem se submeter ao monitoramento clássico;
6. O indexador da inflação voltará a ser calculado pela Fundação Getúlio Vargas e não mais pelo IBGE;
7. reestruturação do sistema de controle de preços e das entidades envolvidas;
8. recriação do Conselho Nacional de Exportação — Concox;
9. reestruturação do programa de saneamento financeiro dos bancos estaduais;
10. redução de todos os subsídios implícitos;
11. criação de mecanismos de sustentação do nível de investimentos tanto nacionais como estrangeiros;
12. descongelamento das OTB e consequente reajuste dos aluguéis a partir de 1º de março, respeitado o mês de vigência do contrato;
13. retorno da indústria de construção civil à economia de mercado através de alterações da Lei do inquilinato.